



| | |
|--|--|
|  <p>ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN FAMECOS</p> | <h1>REVISTA FAMECOS</h1> <p>mídia, cultura e tecnologia</p> <p>Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-12, jan.-dez. 2021 e-ISSN: 1980-3729 ISSN-L: 1415-0549</p> |
| <p> https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2021.1.35313</p> | |

MÍDIA E CULTURA

Meios em mistura: paradigmas para a articulação de comunicação, subjetividade e cultura¹

Mixed media: paradigms for articulating communication, subjectivity and culture

Medios mezclados: paradigmas para la articulación de comunicación, subjetividad y cultura

Márcio Souza

Gonçalves²

orcid.org/0000-0002-8994-6745

msg@uerj.br

Recebido em: 13 ago. 2019.

Aprovado em: 25 maio 2021.

Publicado em: 27 ago. 2021.

Resumo: O artigo desenvolve uma discussão teórica sobre como articular meios de comunicação, subjetividades e culturas, discussão relevante para um momento em que o campo da teoria da comunicação deve lidar com o aparecimento de diversas novas mídias tributárias do digital. A partir da análise da leitura e da produção de sentido com textos, indica-se a importância da noção de mistura como conceito-chave para tal articulação. Sustenta-se que a noção de mistura permite que se apreenda de modo mais delicado e nuançado a relação entre meios, culturas e humanos do que as grandes caracterizações do tipo cultura oral, impressa ou digital, caracterizações francamente dependentes do determinismo tecnológico. Finalmente, desenvolve-se a proposta de que essa maior delicadeza teórica permite diferenciar contextos culturais que de outro modo seriam confundidos, como por exemplo o contexto europeu e o brasileiro.

Palavras-chave: Cultura. Humano. Materialidade.

Abstract: The paper engages a theoretical discussion of ways for articulating media, subjectivity and culture. This is a very relevant discussion in a moment when media theory has to deal with major changes in the communication field due to the digital technologies. Starting with an analysis of reading and meaning production, it indicates the importance of the concept of mixture for the understanding of the relationship between media, subjectivity and culture. This concept of mixture leads us to a more delicate and nuanced understanding of this relationship than the big concepts or categories of oral, printed or digital culture, concepts dependent on technological determinism. That theoretical delicateness allows the differentiation of cultural contexts that otherwise would be confounded, for instance Brazilian and European ones.

Keywords: Culture. Human. Materiality.

Resumen: El artículo desarrolla una discusión teórica sobre cómo articular los medios, las subjetividades y las culturas, una discusión relevante para un momento en que el campo de la teoría de la comunicación debe lidiar con la aparición de varios nuevos medios tributarios digitales. A partir del análisis de la lectura y la producción de significado con textos, indicamos la importancia de la noción de mezcla como concepto clave para dicha articulación. Se argumenta que la noción de mezcla permite comprender de una manera más delicada y matizada la relación entre los medios, las culturas y los humanos que las grandes caracterizaciones de la cultura oral, impresa o digital, caracterizaciones que dependen francamente del determinismo tecnológico. Finalmente, se desarrolla la propuesta de que esta mayor delicadeza teórica nos permite diferenciar contextos culturales que de otro modo se confundirían, como el contexto europeo y el brasileño.

Palabras clave: Cultura. Humano. Materialidad.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Uma versão preliminar do presente texto foi apresentada no Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura do XXIII Encontro Anual da Compós.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Introdução

Desenvolve-se, no que se segue, uma discussão teórica sobre como articular meios de comunicação, subjetividades e culturas. A partir da análise da leitura e da produção de sentido com textos, indica-se a importância da noção de mistura como conceito-chave para tal articulação. Essa noção se afigura mais interessante, se comparada com as grandes caracterizações do tipo cultura oral, impressa ou digital – caracterizações francamente dependentes do determinismo tecnológico –, na medida que permite que se apreendam de modo mais delicado e nuancado as relações contingentes entre meios, culturas e humanos. Essa delicadeza e maior capacidade de distinção de nuances permite que sejam pensadas em sua especificidade as formações culturais contemporâneas: veja-se, por exemplo, o caso do Brasil, dificilmente caracterizado como uma cultura impressa ou como cultura digital, mas muito melhor apreendido como resultado de uma mistura complexa de diversas modalidades de comunicação e subjetividade.

Começamos, então, com a produção de sentido na leitura, o que levará a discussão para diferentes paradigmas de reflexão no universo comunicacional.

Como compreender o ato de ler?

Uma primeira forma de compreender o ato de leitura, e de comunicação através de textos, é a que o entende como recepção passiva de um sentido supostamente presente no texto, compreensão que aqui nomearemos como o paradigma da passividade da leitura.

Dentro dessa visão, o processo de ler e de produzir o sentido do texto fica reduzido à simples decodificação, necessariamente mecânica, do sentido do escrito. Tal decifração se faria segundo a aplicação clara de um código unívoco, racional e transparente. A informação estaria plenamente no texto, compreendido como algo independente de suas diversas encarnações em diferentes modos de apresentação (manuscrito, impresso em diferentes edições etc.). O papel do sujeito leitor ou do usuário da tecnologia texto fica reduzido

ao mínimo. A leitura seguiria a ordem linear da razão materializada na página.

Por um lado, tal paradigma remete para uma compreensão platônica dos textos (CHARTIER, 2009, p. 40). Por outro, e nesse caso McLuhan é exemplar, essa suposta transparência e univocidade tanto dos textos quanto dos atos de ler seria correlata de todo um modo de existência mental e social baseado na ordem Razão (com R maiúsculo) e da clareza:

Para entender estes efeitos, é necessário ver a alfabetização como tecnologia tipográfica, aplicada não só à racionalização dos processos de produção e de exploração do mercado, como também às leis, à educação e ao urbanismo. Na Inglaterra e na América, os princípios de uniformidade, continuidade e repetibilidade derivados da tecnologia da impressão tipográfica há muito que já penetraram em todas as camadas da vida comunal. Naqueles países, a criança se alfabetiza vendo o tráfego e a rua, o carro, o brinquedo e a roupa. Aprender a ler e a escrever é um aspecto secundário da cultura letrada no ambiente uniforme e contínuo do mundo de fala inglesa. A ênfase na cultura letrada é um traço distintivo das áreas que lutam por iniciar-se no processo de padronização que conduz à organização visual do trabalho e do espaço (McLUHAN, 1988, p. 337-338).

A própria existência e persistência desse paradigma, subjacente a uma série de proposições teóricas que veem no hipertexto um corte fundamental na ordem do ler, na medida em que no digital a leitura passaria então a ser ação, não deixa de ser surpreendente! Na maior parte das vezes, sua presença se faz de modo indireto e sutil, ligando a presença de textos e leitura a um determinado tipo de cultura, assunto ao qual voltaremos adiante.

A explicação dessa persistência deve ser procurada na retomada atual de alguns autores e teorias que percebem a comunicação textual, notadamente a impressa, como menor, mais limitada e limitante. O universo digital, como se não estivesse cheio de textos, quebraria as limitações dos textos e da leitura manuscritos ou impressos e marcaria nossa era como de interatividade, fragmentação, maior liberdade. Assim, por exemplo, pode-se ler:

Nos ambientes hipermidiáticos, por outro lado, o formato final do texto é definido pelo leitor, que passa, portanto, a ser seu co-autor. Ao autor

compete muito mais a arquitetura das possíveis relações entre as várias peças de informação que irão compor o corpo de seu trabalho. O texto final, porém, não terá limites claros, uma vez que será construído segundo critérios adotados pelo leitor, e, mais ainda, de acordo com os interesses que o leitor tiver na ocasião da leitura. O mesmo leitor, com base no mesmo conjunto, poderá realizar diferentes leituras, se em cada atuação sobre esse conjunto, ele tiver interesses diferentes (SIMÕES, 2008, p. 183).

Essa visão da escrita, dos textos e da leitura integra, ao mesmo tempo, a dimensão midiática, a individual e a coletiva: a comunicação alfabética, através da escrita inventada pelos gregos, associada à ação das prensas tipográficas, teria engendrado um ser humano visual, racional, individualista, em oposição ao humano tanto das culturas orais quanto aos humanos eletrônicos e digitais, estes pertencendo a uma cultura de convergência (que não é cultural sem ser também sensória e subjetiva). A leitura não digital fica reduzida a um processo racional de compreensão de um texto supostamente linear, o que a aproxima da passividade. Nessa linha de pensamento, as retomadas da relação entre meios de comunicação, cultura e subjetividade dentro de uma perspectiva diacrônica adotam um tom bastante valorativo (seja na vertente apocalítica, seja na vertente integrada), dividindo a história comunicativa humana em épocas que se sucedem, de um modo bastante reducionista (cultura oral, Galáxia de Gutemberg, Cultura Imprensa, Cultura Digital, Aldeia Global etc.). Contra essa ideia de uma leitura do impresso pautada pela racionalidade, pense-se, por exemplo, na carga emocional envolvida no consumo popular de romances mais ou menos sentimentais no final do século XVIII e início do XIX (*Pâmela, A nova Heloísa*), algo dificilmente redutível aos termos passivo, racional e linear.

A contrapelo desse primeiro paradigma, desenha-se a necessidade da compreensão do ato de ler e de produzir sentido a partir de um texto, não importa sua natureza ou materialidade, sempre como ato e, portanto, como ação.

Entender a leitura como ação é uma posição que pode ser levada ao extremo quando se hipervaloriza a liberdade do leitor, que passa a ser

compreendido como autor do texto em pé de igualdade (no mínimo) com o escritor. Veja-se, por exemplo, toda a temática contemporânea da disseminação da autoria nas redes digitais, que remete mais ou menos claramente para o tema já bastante fustigado da morte do autor que, como se sabe, dá poderes ao leitor em detrimento do defunto. Sobre essa morte, as palavras de Barthes:

Começamos hoje a deixar de nos iludir com essa espécie de antifrases pelas quais a boa sociedade recrimina soberbamente em favor daquilo que precisamente põe de parte, ignora, sufoca ou destrói; sabemos que, para devolver à escrita o seu dever, é preciso inverter o seu mito: o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor (BARTHES, 1987, p. 53).

Nessa visada de desfavorecimento do autor, o leitor seria o elemento-chave de construção de sentido, na medida em que o texto, uma vez escrito, se libertaria do domínio daquele e se entregaria aos desejos e intenções de quem o lê. Tal posição, interessante e compreensível no momento em que foi enunciada por Barthes, contrabalançava evidentemente uma ênfase histórica no autor como detentor do "verdadeiro" sentido da obra e do leitor como receptor passivo.

Para não sair de um extremo (leitura com passiva) e cair em outro (liberdade absoluta do leitor), o que se defende aqui é a necessidade de que se encontre um meio termo, sem uma hipervalorização seja do leitor, seja do autor, meio termo que, além de incluir os dois agentes mencionados, deve conter também diversos outros atores envolvidos na cadeia produtiva dos textos bem como os próprios suportes textuais.

Acredita-se, assim, que o sentido dos textos não existe no autor, nem apenas no leitor, mas em cada ato de leitura e envolve o autor, o leitor, mas também o editor – e com ele o revisor, o tradutor, o distribuidor, o vendedor, em suma, tudo o que existe dentro do circuito da comunicação (DARNTON, 2007) – e, não menos importantes, os objetos que portam textos. Para se compreender o papel do editor, por exemplo, pense-se no caso da Biblioteca Azul e no modo como as decisões editoriais interferem na vida social das obras que a compõem (CHARTIER, 1996).

Assim, por um lado, autor, editor, tradutor entre outros definem diversos elementos de direcionamento de sentido, ou seja, protocolos de leitura; por outro, o leitor com esses protocolos se relaciona de maneira mais ou menos inventiva, mais ou menos desviante. O papel dos objetos textuais será retomado adiante.

A leitura, a produção de sentido, desse modo, fazem-se sempre na tensão entre limitações e coerções (autorais, editoriais) e a liberdade (que nunca é total) do leitor, ideia bastante cara a Chartier (1996). Tal tensão é elemento fundamental a ser tomado em conta na compreensão do consumo de textos e uma das condições para o bom entendimento do ato de se produzir sentido na comunicação.

Essa tentativa de equilíbrio na compreensão do papel dos diversos agentes envolvidos no processo de produção de sentido, tanto humanos quanto materiais, leva à necessidade de se detalhar melhor os diversos elementos em ação. Esse detalhamento é a base para a construção de um paradigma mais complexo de compreensão do tema.

Elementos em ação na produção de sentido com textos

Esquemática e arbitrariamente, vamos agrupar os elementos em ação nos atos de leitura e de produção de sentido em três rubricas: *materialidade*, *texto* e *humano*.

A *materialidade* do texto é o primeiro elemento relevante na construção do sentido, o termo materialidade recobrando, de fato, uma gama ampla e heterogênea de elementos.

Essa valorização da materialidade é importante especialmente como contraponto a uma visão do sentido dos textos como uma entidade abstrata que existiria acima e independentemente de suas encarnações ou edições concretas: o texto, visto como pura incorporalidade imaterial, idealidade que transcenderia todas as suas edições, puro espírito sem letra, seria por excelência o detentor do sentido, que se manteria independente das diversas materializações ou edições que poderia sofrer.

Contra essa perspectiva platônica, é preciso que se compreenda que a forma material tomada

por um texto, o modo como ganha corpo em tal ou tal edição, são elementos essenciais na criação de sentido. Ora, esse ganhar corpo, como afirmado acima, recobre diferentes elementos.

Sem a pretensão de exaustividade, dado que potencialmente a lista seria, senão infinita, pelo menos muito grande, alguns desses elementos merecem ser citados como mais relevantes.

Em primeiro lugar, materialidade engloba o próprio formato do suporte, seja ele um rolo antigo, um códice manuscrito ou impresso, um texto digital em um leitor de e-livros, um *tablet*, um computador etc. O tipo de trabalho intelectual favorecido por cada um desses tipos de formato material do suporte é diferente dos outros e singular: assim, por exemplo, o rolo dificulta a colação, a tomada de notas, a navegação; o códice, torna esses procedimentos mais fáceis, assim como o armazenamento das obras; os leitores digitais permitem a busca rápida, eletronicamente, de termos e palavras, mas os leitores de e-livros, por exemplo, dificultam a colação de diferentes obras e a tomada de notas.

A matéria-prima, menos diretamente, também pode ser tomada em conta: compare-se, assim, a capacidade de armazenamento pequena do papiro (dado que só se pode utilizar um dos lados da folha para inscrição), maior do pergaminho e do papel (os dois lados recebem texto); e muito maior nos suportes digitais. Essa maior capacidade da matéria importa na medida em que, por exemplo, vai afetar o acesso e o consumo de textos.

Além disso, tudo o que concerne à apresentação do texto, sua estruturação, sua distribuição dentro do volume é relevante e participa, de diferentes modos, da produção de sentido. Assim, por exemplo, o tipo de caractere utilizado: veja-se o modo como os impressores humanistas criaram e difundiram todo um universo de tipos, dos quais o itálico é um dos melhores exemplos, para criar para si uma identidade tipográfica e de sentido diferente da dos textos medievais em tipologia gótica, identidade portadora dos valores do Renascimento.

A organização do texto, de diversas formas, é importante: presença ou não de separação de

palavras, utilização ou não de qualidade dos signos de pontuação, uso de elementos de separação de unidades de texto (parágrafos, seções, subseções), presença de elementos de título e subtítulos, de foliação ou paginação, uso de sumários, índices etc. São diversos e variados elementos que afetam o ato de consumir textos, o trabalho de leitura, e, conseqüentemente, a criação de sentido.

Para tomar um exemplo envolvendo a importância da separação de palavras, inexistente no caso: o texto da Eneida dizia "collectamexiliopubem", significando "collectam exilio pubem" ou "um povo reunido para exílio", o que foi por Donato lido como "collectam ex Ilio pubem", que tem o sentido totalmente diferente, significando "um povo reunido de Tróia"; ou ainda: "conspicitorsus", corretamente "conspicitor sus" ou "um porco é observado", mas que poderia induzir a "conspicitor ursus", "um urso observa".³ A não separação entre as palavras permitiu as flutuações de sentido.

A função expressiva da tipografia (GONÇALVES, 2012, p. 117-137), que amarramos no conceito de *tipografia expressiva*, tenta dar conta dessa função de sentido dos elementos materiais e gráficos.

Por outro lado, segunda rubrica, uma série de elementos que remetem ao tipo e à natureza do texto devem ser considerados na produção de sentido. Um texto erudito e de fundo acadêmico certamente não é abordado do mesmo modo por um leitor, que um romance de um autor clássico, ou que um romance popular cujo nome do autor não é relevante ou, ainda, que o manual da cafeteira elétrica (ler manual é uma forma de leitura como todas as outras, ainda que seja objeto de pouquíssima atenção no universo universitário brasileiro). As expectativas, a atenção mobilizada, a profundidade da leitura e a disposição para se enfrentar obscuridades do texto são alguns dos elementos que serão diferentemente mobilizados por diferentes tipos de textos: não se lê com a mesma atenção aos detalhes um texto teórico fundamental e um romance popular, ainda que tal afirmativa deva ser matizada pela terceira rubrica que mencionamos acima, o leitor, pois eventual-

mente um leitor pode ler um texto popular com maior atenção do que dedicaria a um texto teórico. O tipo de texto influencia além disso, as intenções do leitor, que são muito importantes na leitura.

Finalmente, tem-se o agente *humano* do processo. Não nos deteremos no papel dos produtores de texto (autor, editor, impressor etc.), uma vez que grande parte de sua atuação se reflete na materialidade das edições e nos textos. Nos deteremos, sim, no leitor, figura tão interessante quanto evanescente e de difícil abordagem.

Há desde aspectos coletivos até idiosincrasias e singularidades individuais. Assim, o grupo social a que pertence o leitor, por si só, já condiciona certas formas de leitura (as ideias de comunidade interpretativa de Fish (1980) e de horizonte de expectativas de Jauss (1993) apontam para esse fato), o contexto social mais amplo age do mesmo modo. Por outro lado, o motivo que leva determinado leitor ao ler deve ser considerado: não se lê do mesmo modo o jornal de domingo na praia para diversão e um texto teórico importante para a elaboração de uma tese em uma biblioteca universitária. Esse motivo se articula com as intenções do leitor e com suas expectativas em relação ao texto.

Esses aspectos mais gerais não devem, contudo, mascarar o caráter individual do ato de leitura, do consumo de textos e da produção de sentido, o que obriga que se tome sempre em consideração as singularidades e idiosincrasias de todo sujeito leitor. Parafraseando Heráclito, pode-se dizer que um mesmo leitor nunca lê o mesmo livro duas vezes, pois o leitor nunca é o mesmo e o livro que lê sempre ganha novos sentidos a cada leitura.

Essas singularidades podem ser mais ou menos pronunciadas. Um leitor hipotético fazendo o que Kuhn (2001) chama de ciência normal, ou seja, operando dentro e de acordo com um paradigma estabelecido, lê idealmente de modo pouco singular, suas idiosincrasias sendo controladas pelo peso dos protocolos de leitura paradigmáticos. No extremo oposto situar-se-ia um leitor como o moleiro Mennochio, analisado por Ginzburg em seu

³ Para uma discussão mais detalhada, ver: GONÇALVES; TIMPONI, 2012, p. 52-78.

tão citado *O queijo e os vermes* (1987). Elemento menos palpável de todo o circuito de produção de sentido e metodologicamente o mais difícil de ser discernido, quem lê é, contudo, o elemento que concentra em si o polo liberdade, que em contraposição aos limites e coerções, define todo ato de construir sentido a partir de um texto dado. O leitor, assim, de certo modo, é abertura potencial para novas formas de interpretar textos.

Não tivemos aqui a pretensão de exaustividade, mas apenas de indicar em linhas gerais o campo de elementos a serem considerados na criação e na produção de sentido no consumo de texto, elementos que complexificam a leitura e permitem a quebra do paradigma da passividade. *Materialidade, texto e humano*, as três rubricas que indicamos acima, procuram dar conta e ordenar minimamente elementos importantes.

Deve ser notado que alguns deles remetem aos meios de comunicação, aos objetos que apresentam textos, enquanto outros apontam para o universo dos sujeitos, produtores e usuários de textos.

Se os objetos são em certa medida importantes, pode ser interessante discutir brevemente alguns aspectos relativos à leitura em diferentes suportes, mais especificamente em impresso e digital. Faremos, assim, uma breve incursão pelo universo dos objetos de apresentação de texto mais recentes, os digitais, ligando-os aos mais antigos, impressos. Tais conclusões se sustentam em uma série de entrevistas e observações realizadas por diversos participantes do grupo de pesquisa "Livros e cultura letrada", que coordenamos, em suas respectivas teses e dissertações. O perfil dos entrevistados é totalmente variado e não nos deteremos aqui na análise da especificidade de cada um pois o que interessa são, sobretudo, os resultados qualitativos globais.

Impresso e digital

Vejamos, então, partindo desse material empírico, alguns aspectos da relação entre leitura em impresso e digital.

Um primeiro aspecto essencial: mais do que indicar a substituição dos textos impressos pelos digitais, os leitores de nosso universo de pesquisa

relataram sobretudo a coexistência desses dois formatos. Não se verifica uma disjunção, para os leitores, que tomaria a forma de ler no impresso ou no digital, ler em um ou em outro; verifica-se na prática que os leitores leem ambos.

Esse ler em ambos deve ser nuançado, pois não se trata de ler tudo em impresso e digital, indiferentemente. Algumas relações interessantes se desenham. O tamanho de texto influencia nas preferências de suporte. Textos grandes são preferencialmente lidos em impresso; textos menores podendo ser lidos, de modo geral, tanto em impresso quanto em digital.

O tipo de texto também é relevante. Textos de consumo mais sério (de trabalho e estudo, notadamente) tendem a levar ao impresso, os de diversão ao digital.

Esses dois primeiros fatores, tamanho e tipo de texto, devem ser articulados com um outro: se se trata de um texto completo ou de um trecho (um capítulo, por exemplo, para estudo): texto completo aponta para impresso.

Cruzando os três elementos, temos um tipo ideal, o texto grande, completo, de assunto sério, que, tendencialmente, seria consumido em impresso. No outro extremo, segundo tipo ideal, temos um trecho de texto pequeno e de diversão, que tenderia para o digital. Os cruzamentos desses elementos podem dar origem a uma gama contínua de possibilidades.

O modo de acesso ao texto também é importante. Não se digitaliza um texto ao qual se teve acesso impresso para proceder a leitura no digital. Por outro lado, há casos em que textos acessados digitalmente são impressos para serem lidos (se forem de trabalho, por exemplo).

Além disso, as particularidades de cada leitor são essenciais. Há os que se sentem mais à vontade com o impresso, o que os leva a imprimir textos para só então lê-los; há os que, nativos digitais e grandes usuários de novas tecnologias, ficam bem mais desenvoltos como os textos digitalizados e para quem a não impressão não é um problema.

Em síntese, nota-se uma variabilidade no consumo de impresso e digital que torna impossível a formulação de regras gerais que abarquem a totalidade dos casos existentes.

Um ponto que merece destaque é o que se refere à tomada de notas. A praticidade das anotações feitas à margem do texto não tem similar no digital, onde a anotação envolve o uso de algum tipo de teclado e a eventual necessidade de um outro arquivo digital para a anotação (com o uso de um editor de texto), acarretando, portanto, uma quebra muito maior na leitura do que a que ocorre quando a anotação é feita diretamente sobre a página de papel.

Essa desvantagem na tomada de notas, porém, pode ser contrabalançada pela vantagem que a leitura em digital comporta em termos de pesquisa rápida por determinado termo dentro de um texto, de possibilidade de consulta a dicionários (na língua nativa ou em outras línguas), enciclopédias etc. Esses recursos, tipicamente digitais, são importantes e a velocidade de acesso que as novas tecnologias permitem não deve, de modo algum, ser negligenciada. Na prática da leitura de textos, a maior rapidez na consulta a um dicionário pode ser, eventualmente, um fator essencial.

Curiosamente, a suposta não linearidade na leitura de textos digitais não se verifica na realidade. Assim, é tão comum uma leitura fragmentada e de vai e vem no digital quanto no impresso; do mesmo modo, há leitores pouco afeitos a essa não linearidade seja no impresso, seja no digital. Não há, portanto, regra geral. Talvez isso possa ser explicado se considerarmos a evolução da tecnologia livro desde os primeiros séculos da era cristã: do rolo ao códice, e no âmbito do códice, temos livros em que cada vez é mais fácil a navegação e a orientação do leitor dentro da obra, de tal modo que em um códice contemporâneo não há dificuldade em ir e vir, e mesmo localizar temas e termos específicos (ainda que essa localização não se iguale à possível no digital). Esse longo aperfeiçoamento dos códices faz com que neles a leitura não linear e o vai e vem de modo algum apresentem problemas, o que favorece a presença da não linearidade tanto no códice quanto nos textos digitais.

Um último elemento acerca da leitura em suportes impressos e digitais: o problema da comparação de textos. Os resultados indicam uma facilidade

muito maior de comparação de diferentes textos concomitantemente e de leitura simultânea no impresso do que no digital. Isso se liga ao fato de no impresso cada texto ter seu próprio suporte, o que não acontece no digital, onde um mesmo suporte, por exemplo, um leitor de e-livros ou um computador, são usados para apresentar dois ou mais textos. Há, portanto, sob esse ponto de vista, maior praticidade no trabalho com o impresso.

Essa rápida incursão pelo universo das práticas de leitura em impresso e digital, explorando livremente entrevistas de variados perfis de leitor, permite que se perceba, ainda que de maneira bem esquemática, a necessidade de articulação entre leitor e objeto, sua mistura, os dois tendo um papel importante e nenhum dos dois podendo ser hipervalorizado em detrimento do outro. Os imbricamentos entre usuário e tecnologia são muito mais complexos do que qualquer regra simples poderia indicar; perguntamo-nos mesmo pela possibilidade e utilidade de tais regras gerais.

Ao paradigma da passividade da leitura, preferimos, deste modo, o da mistura, que agencia os diversos elementos heterogêneos em um processo contingente e variável.

Essa consideração do ato de ler como complexo e sobredeterminado por vários tipos de fatores deve iluminar as reflexões sobre a relação entre a comunicação, suas tecnologias e as culturas. É necessário que se aplique o mesmo raciocínio, pensando essa relação como não linear, múltipla e, mais importante, contingente. Contingente se opõe a necessária e inelutável, fechada, e implica, assim, em uma abertura para a indeterminação, a surpresa, a singularidade. Em suma, trata-se de aplicar o paradigma da mistura à relação entre comunicação e cultura.

Uma compreensão da relação entre comunicação e cultura pautada pela não contingência tende a hipervalorizar as mídias, em detrimento das especificidades culturais e individuais, propondo que teriam o poder de determinar o modo de ser ou o modo de existir da cultura e dos seres humanos. As culturas e os indivíduos seriam passivos frente ao poder dos dispositivos tecnológicos de comunicação. Assim, a presença da prensa tipográfica teria dado origem a uma

cultura impressa, a um homem tipográfico, cultura e homem possuindo em função dos meios de comunicação determinadas características definidoras e uma série de traços que são então indicados: racionalidade, presença de estados nacionais fortes, de uma ciência instrumental etc.

Na mesma linha de pensamento, o alfabeto teria engendrado a cultura e o homem gregos, com sua democracia e sua filosofia (HAVELOCK, 1996a, 1996b, 1978).

Mais recentemente, teríamos entrado na cultura digital. A Wikipedia, que aqui interessa menos em sua exatidão científica e mais como cristalização do imaginário de nossa época, assim se refere ao que definiria essa cultura:

O discurso sobre o digital foi-se apoiando em duas convicções: por um lado, a ideia de que, sendo uma cultura, representa uma ruptura com aquilo que a precedeu; por outro, a crença que cultura digital é determinada pela existência da tecnologia digital. [...] O digital é uma marca da cultura que distingue o modo de vida contemporâneo dos restantes (WIKIPEDIA, [2019]).

Pensar a partir da noção de contingência, ao contrário, é correlato, em nossa perspectiva, de se dar privilégio às misturas em detrimento das grandes caracterizações gerais e unívocas.

Assim, em vez de pensar a cultura impressa, é preciso apreender, em cada caso específico, de que modo a prensa é agenciada e conectada com outros meios e formas de comunicação, sempre de modo mais ou menos idiossincrático. Não se tem assim propriamente falando uma cultura impressa, mas configurações culturais em que a prensa existe (sempre ligada a um conjunto de elementos). Vejamos dois exemplos mínimos.

Como já discutimos alhures (GONÇALVES; SAINT CLAIR, 2013), McKenzie, em lugar da grande caracterização *cultura impressa*, ao pensar o século XVII inglês, vai falar sobretudo de misturas entre oralidade, manuscrito e impresso, misturas que se presentificam de vários modos mesmo nos textos impressos, onde há grande presença

do oral (McKENZIE, 2002, cap. 9).

McKenzie, além disso, critica diretamente a utilização da retórica da quebra instaurada pela prensa, o impacto da prensa, como definindo uma nova forma cultural: "[...] uma frase como 'o impacto da prensa' – por mais cuidadosamente que seja qualificada – implica necessariamente um grande deslocamento da escrita como forma de registro"⁴ (McKENZIE, 2002, p. 238, tradução nossa).

Do lado de cá do Atlântico, o caso do Brasil é igualmente interessante. Temos uma cultura bastante oralizada até a chegada da tardia da prensa tipográfica (oficialmente em 1808, mas com algumas breves tentativas de impressão anteriores), mas não puramente oral, dado que atravessada por manuscritos e textos impressos vindos do estrangeiro. Não se pode definir essa cultura brasileira, satisfatoriamente, com títulos genéricos como cultura impressa, manuscrita ou oral. A presença da oralidade é maciça no estilo dos manuscritos e impressos, a mistura entre estes dois igualmente constante. Pense-se, para tomar apenas um exemplo curioso, na presença, ao longo do século XIX, de jornais manuscritos em nossas terras. O universo escravo, do mesmo modo, agenciava singular e inesperadamente as letras impressas e o burburinho oral.⁵

Mais recentemente, ao longo da segunda metade do século XX, sofremos uma presença crescente dos meios eletrônicos, notadamente o rádio e a televisão, sem que isso tenha levado a uma substituição de uma cultura oral ou impressa por uma elétrica. O eletrônico convive e se agencia com o oral e o escrito, incorporando elementos seus.

Certamente, nunca fomos uma cultura letrada, assim como não somos uma cultura oral, eletrônica ou digital. Somos uma mistura, aliás bastante singular no panorama do mundo contemporâneo, dessas coisas todas: ao mesmo tempo orais, impressos, eletrônicos, digitais.

O ponto que nos interessa enfatizar aqui é precisamente o da inadequação dos termos oral, impresso, eletrônico, digital ou outros para dar

⁴ Do original: [...] a phrase like 'the impact of print' – however carefully it is qualified – cannot help but imply a major displacement of writing as a form of record.

⁵ Para todos esses aspectos, BARBOSA, 2013, *passim*.

conta da nossa e de qualquer formação cultural. Para que se possa apreender de modo conceitualmente satisfatório nossa situação atual e passada, é preciso qualificar os termos e renunciar a uma definição genérica. É preciso, portanto, que a discussão seja bastante refinada e nuançada, o que remete para a complexificação das ferramentas de compreensão a que nos referimos acima. A ideia de mistura é essencial nesse processo.

Essa complexificação dos raciocínios e esquemas de compreensão, valorizando a ideia de mistura, implica em que se considere sempre, dada uma inovação tecnológica, sua origem, aquilo que à inovação conduz, rompendo com a retórica do impacto mencionada anteriormente (ver acima a crítica de McKenzie a essa retórica). As macrocategorizações do tipo cultura impressa ou cultura digital tendem a localizar na tecnologia a origem dos grandes cortes culturais. Ora, a gênese da tecnologia raramente é evocada, o que leva a uma sensação de que a inovação tecnológica, a nova tecnologia, surge *ex machina* e começa a produzir seus efeitos operando uma revolução. É importante, para compreender como as misturas entre tecnologias e culturas se dão, atentar para o contexto de origem das mudanças tecnológicas. Sobre esses pontos, as reflexões de Gilbert Simondon, apesar de não estarem diretamente referidas a problemas de meios de comunicação, são um pano de fundo especialmente precioso (SIMONDON, 1958).

Vejamos o problema do contexto e das causas da mutação tecnológica seguindo com o caso da prensa tipográfica.

A literatura teórica frequentemente apresenta a prensa como intervindo no ambiente do século XV e produzindo um corte, uma revolução, que separaria o universo do manuscrito do universo impresso, a cultura do manuscrito da cultura impressa – para tomar dois exemplos diametralmente opostos dessa retórica do corte e da revolução: Eisenstein (1998) e Simões (2008).

Sem entrar na discussão da adequação do termo *revolução*, discussão que no final das contas

se reduz ao modo como se define a palavra, ou seja, se reduz a uma questão semântica, a ideia de corte supõe a tecnologia como operando em um contexto dado e produzindo uma descontinuidade.

É exatamente essa ideia de descontinuidade que deve ser matizada e nuançada, ou seja, a noção de corte deve ser melhor qualificada. Acreditamos que o corte, a descontinuidade, por paradoxal que isso possa parecer, são preparados pelo contexto em que se dão.

Assim, é preciso considerar, para bem compreender o surgimento da tipografia, todo o contexto europeu a partir de cerca do ano mil. Uma grande série de transformações prepara o terreno que dará origem às pesquisas que, por sua vez, redundarão na invenção da prensa de tipos móveis: crescimento demográfico (mesmo com as epidemias que ocasionalmente faziam grandes estragos), desenvolvimento comercial e econômico, urbanização, criação das universidades, aumento da circulação de textos fora do circuito monástico, filosofia escolástica, aumento do público leitor, entre tantos outros aspectos. Esses diversos elementos envolvem, por um lado, um aumento da demanda por textos, demanda impossível de ser satisfeita pela produção manuscrita; por outro, um já existente crescimento da produção por copistas.⁶

É esse contexto dinâmico em diversos níveis que vai levar vários pesquisadores-empresendedores-inventores (são vários papéis em um só) a procurar formas não manuscritas de produzir textos, o que redundará na invenção da prensa tipográfica. A esses pesquisadores deve-se acrescentar o elemento financiador, os investidores capitalistas que forneceram os fundos para uma pesquisa arriscada, cara e cujo sucesso era incerto.

A invenção e a inovação tecnológica que operam o corte ou a descontinuidade no modo de produção de textos, assim, é preparada e gestada em um contexto anterior bastante vasto e variado. O corte e a descontinuidade são o resultado de processos anteriores, e agem sobre continuidades e permanências mais longas.

⁶ Para toda essa discussão, ver BARBIER, 2006, especialmente os capítulos 1 e 2.

A boa teorização da invenção tecnológica no âmbito dos meios de comunicação, deste modo, obriga à consideração do que antecede à invenção, do contexto em que a mutação se dá. Concretamente, por exemplo, o aumento numérico na produção de livros pela tipografia deve ser compreendido como agindo dentro de uma produção manuscrita, ela mesma crescente: a curva ascendente dos números da tipografia prolonga e acentua a curva ascendente dos números da produção manuscrita após, pelo menos, o século XI.

A retórica do puro corte e da radical descontinuidade, a da revolução *ex machina*, se afigura assim pouco produtiva e, ainda que sedutora, inócua. O que não significa, é necessário dizer, que não haja corte, descontinuidade, revolução. Esses três elementos estão conjugados às permanências.

Isso vale, obviamente, para as atuais inovações tecnológicas ligadas ao digital. É necessário que sejam compreendidas tendo pano de fundo os diversos desenvolvimentos que atravessamos desde o final do século XVIII: revolução industrial, revolução industrial do livro, eletricidade, o eletrônico em suas diversas formas, formação de um público e de um mercado de massa (que começa com o impresso⁷), aumento da escolarização, desenvolvimentos no âmbito da política etc.

A reflexão sobre o contexto da mutação tecnológica nos leva a um ponto que deve agora ser destacado e que envolve a maneira como consideramos a tecnologia em sua relação com os humanos.

Nossas pesquisas apontam consistentemente para a necessidade de relativização e crítica do paradigma do determinismo tecnológico. Por determinismo tecnológico entende-se a visão que faz decorrer do meio, independentemente dos usos que dele são feitos e das mensagens que nele são veiculadas, de seus conteúdos, das apropriações dos usuários, seus efeitos.

Tal maneira de pensar pode ser epitomizada na célebre proposição de McLuhan segundo a qual *o meio é a mensagem* (McLUHAN, 2005,

cap. 1). *O meio é a mensagem* significa que a mensagem essencial de um meio qualquer não está nos *conteúdos* (tipos de programas de TV, por exemplo) por ele veiculado, mas é o próprio meio e as alterações (cognitivas e sensoriais) que necessariamente engendra nos usuários (o importante é o fato de assistir TV, independentemente do programa assistido).

O caso de McLuhan é interessante pois tanto o que o antecede quanto o que o sucede no campo intelectual apontam para diversos modos de relativização da tese dura de que o meio é a mensagem, ou seja, do determinismo tecnológico.

A montante, o pensamento de Harold Innis, do qual a obra de McLuhan, segundo ele próprio, é apenas uma nota de rodapé (1977), revela que a aparente prevalência pura do meio esconde um jogo complexo de três elementos: política, tecnologia de comunicação e consciência (WATSON, 2006, cap. 9).

A jusante, as próprias interpretações contemporâneas de McLuhan vão no sentido de alargar a noção de meio de modo a incluir um grande número de elementos que tradicionalmente não são assim compreendidos, isso para salvar a tese de que o meio é a mensagem. No limite, para que o meio seja a mensagem, é preciso entendê-lo como meio ambiente, o que obviamente engloba o conjunto da cultura (PEREIRA, 2011, p. 181-191).

O tradicional determinismo tecnológico fica, portanto, relativizado.

Por outro lado, pesquisas bastante minuciosas indicam que os usos, individuais, mas também e especialmente coletivos, são essenciais na definição do tipo de efeito que um meio qualquer engendrará. Veja-se, por exemplo, o premiadíssimo *The Nature of the Book*, de Adrian Johns (1998), que demonstra, a partir de um enorme conjunto de evidências empíricas, que os efeitos da prensa no início da Modernidade inglesa são totalmente dependentes da ação dos diversos grupos humanos envolvidos no universo dos textos. *A natureza do livro*, assim, é o resultado da ação humana, ou seja, uma natureza construída, contingente, não natural.

⁷ Ver: MOLLIER, 2009, passim.

Finalmente, nossas próprias pesquisas empíricas, envolvendo leitura em diferentes suportes, apontam para o fato de efeitos diferenciais dos meios em função das preferências, idiosincrasias e hábitos dos leitores. Não há sentido em falar dos efeitos (em si) dos textos digitais (novamente em si); só há sentido em invocar os modos diferenciais de apropriação e uso de tais textos por diferentes leitores e grupos de leitores.

Há diversos elementos, de diferentes ordens, portanto, que apontam para os limites do paradigma do determinismo tecnológico. E falam em favor das misturas.

Considerações finais

Defendeu-se acima, contra a ideia do determinismo tecnológico, com sua lógica linear e unidimensional, a tese de que, para uma adequada compreensão da relação entre tecnologia de comunicação, subjetividade e cultura, a utilização de um paradigma que leve em conta as misturas contingentes entre os elementos dos três campos é mais produtiva. A ideia de mistura permite uma apreensão mais delicada, nuançada e qualificada, e, portanto, menos grosseira, genérica e vaga, dessa relação. Além disso, desenha-se a necessidade da relativização das grandes caracterizações gerais (do tipo cultura oral, impressa ou digital) bem como de toda uma retórica de impacto e revolução, muitas vezes empregada para pensar a afetação das culturas por tecnologias.

Tal discussão se afigura muito importante na medida em que envolve as bases mesmas do campo das teorias da comunicação, cuja relevância no momento de mediação geral que atravessamos é evidente. Talvez seja uma ocasião para abandonar as grandes teorias generalistas com sua ambição de dar conta de toda a história comunicativa da humanidade⁸ em favor de uma teorização com um escopo menor de alcance. A perda em amplitude pode ser largamente compensada por um ganho em precisão.

Trata-se, em suma, de uma aposta teórica em outro estilo de se pensar.

Referências

- BARBIER, Frédéric. **L'Europe de Gutenberg** – Le livre et l'invention de la modernité occidentale. Paris: Belin, 2006.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. *In*: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. O livro e seus poderes (séculos XV a XVIII). *In*: COUTINHO, Granja Eduardo; GONÇALVES, Márcio Souza. **Letra Impressa: Comunicação, Cultura e Sociedade**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- DARNTON, Robert. "What is the history of books?" Revisited. *Modern Intellectual History*, v. 4, n. 3, p. 495-508, 2007. <https://doi.org/10.1017/S1479244307001370>.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa** – os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes** – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FISH, Stanley. **Is There a Text in This Class?** The Authority of Interpretive Communities. Cambridge, MA: Harvard UP, 1980.
- GONÇALVES, Márcio Souza; SAINT CLAIR, Ericson. Meios misturados: paradigmas para a reflexão sobre comunicação e cultura. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2013.
- GONÇALVES, Márcio Souza; TIMPONI, Raquel. Suportes textuais de comunicação e processos cognitivos. *In*: REGIS, Fátima; ORTIZ, Anderson; AFFONSO, Luiz Carlos; TIMPONI, Raquel (org.). **Tecnologias de Comunicação e Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2012. v. 1, p. 52-78.
- GONÇALVES, Márcio Souza. Discursos, sentidos, matérias: a materialidade dos meios e a comunicação. *In*: SANTOS, Goiamérico Felício dos; HOFF, Tânia Márcia César (org.). **Poéticas da mídia: mediações, discursividades, imagens**. Goiânia: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2012. v. 1, p. 117-137.
- HAVELOCK, Eric. **A musa aprende a escrever** – Reflexões sobre a oralidade e a literacia da Antiguidade ao presente. Lisboa: Gradiva, 1996a.
- HAVELOCK, Eric. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papyrus, 1996b.
- HAVELOCK, Eric. **The Greek Concept of Justice** – From its Shadow in Homer to its Substance in Plato. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- JAUSS, Hans Robert. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Gallimard, 1993.

⁸ Por exemplo, MCLUHAN, 1977.

JOHNS, Adrian. **The Nature of the Book**: print and knowledge in the making. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

McKENZIE, Donald F. Making Meaning: "**Printers of the Mind**" and Other Essays. Edited by Peter D. McDonald & Michael F. Suarez, S. J. Amherst. Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutemberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

McLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1988.

MOLLIER, Jean-Yves. **La lectura en Francia durante el siglo XIX, 1789-1914**. México: Instituto Mora, 2009.

PEREIRA, Vinicius Andrade. **Estendendo McLuhan**: da Aldeia à Teia Global – Comunicação, Memória e Tecnologia. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SIMÕES, Marco Antonio. **História da leitura: do papiro ao papel digital**. São Paulo: Terceira Margem, 2008.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1958.

WATSON, Alexander John. **Marginal Man**: The Dark Vision of Harold Innis. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

WIKIPEDIA, 2019. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_digital. Acesso em: 31 jul. 2019

Márcio Souza Gonçalves

Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); doutor e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil, onde também se graduou em Psicologia. Professor associado da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil, onde desempenhou diversas funções de direção, coordenação e chefia tanto na graduação quanto na pós-graduação *stricto sensu*.

Endereço para correspondência

Márcio Souza Gonçalves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Comunicação Social
Rua São Francisco Xavier, 524
Bloco A – 10º andar
Maracanã, 20550-900
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação antes da publicação.